A miséria dos camponeses judaítas na época de Neemias

INTRODUÇÃO

A pergunta pelas reais causas da pobreza nos países do assim chamado Terceiro Mundo não pode ser respondida apenas por uma elite, que, ainda por cima, é responsável direta pelas causas desta miséria. Esta pergunta deve fazer-se presente em todos os setores da nossa sociedade, em especial nas discussões da população mais empobrecida.

Mais do que perguntar pela causa, temos que estar atentos às soluções. Devemos estar conscientes das alternativas, para mudarmos, ao menos um pouco, este quadro de miséria. Soluções assistencialistas que não apresentam um projeto de envolvimento e participação do povo, discursos carregados de emoção momentânea, ainda que bem intencionados, mas que não têm raízes para se fixar e levar qualquer alternativa adiante, devem ser descartados.

Queremos, aqui, refletir sobre estas questões a partir da realidade de um povo: O povo pobre da terra da Palestina. Nossa reflexão se relaciona a um período específico deste povo. Estamos sob a atuação de Neemias, ou seja, em meados do século quinto aC. Iremos olhar para Neemias 5. Este texto é rico em informações sobre os problemas enfrentados pelo campesinato judaíta neste período. O quadro político externo e a desorganização do campesinato em Judá levaram esses agricultores a uma situação de miséria. Queremos ver esse quadro e buscar as causas deste empobrecimento.

1. O POVO POBRE DA TERRA

O *povo da terra* (*'am ha'arez*) representava um grupo que em diversas ocasiões se apresentava como iniciador de mudanças políticas em Judá, trabalhan-

do sempre em continuação da linha davídica.[1] Este grupo foi o responsável pela ascensão de Josias. Quando Amon, sucessor de Manassés, foi assassinado por um partido antiassírio na corte, o povo da terra liquidou esses golpistas e colocou Josias no trono (2Rs 21,19-26; 2Cr 33,21-25).

As informações sobre este grupo são um tanto escassas, no quinto século. Os livros de Esdras e Neemias não se utilizam da terminologia *povo da terra* para designar o campesinato judaíta, ao contrário dos Historiadores Deuteronomistas que preferem denominar esses judaítas que ficaram na Palestina como *o povo pobre da terra* (2Rs 24,14; 25,12). Foram líderes que agiam em redes cooperativas de aldeias. A experiência do exílio fez com que o antigo tribalismo de aldeias ressurgisse, entre os remanescentes na Palestina. A monarquia o sufocara durante séculos. Este tribalismo ajudou a organizar e a preservar a identidade religioso-cultural do povo.

2. O CONTEXTO NA ÉPOCA DE NEEMIAS

Neemias 5 apresenta um quadro bastante cruel da realidade a que estavam submetidos os camponeses judaítas nos meados do século quinto. A situação ali descrita é conseqüência de uma série de mudanças no quadro internacional. Antes de nos atermos ao texto de Ne 5, gostaria de olhar um pouco melhor para este quadro mais geral.

2.1. A política

Estamos no período do imperialismo persa. Esse povo, fundamentamente guerreiro, apareceu rapidamente como potência no cenário da história. Ciro se levanta e consegue unificar as tribos persas em torno do seu governo. E em 539 aC derrota o poderoso, embora já bastante enfraquecido, império babilônico.

Ao contrário dos babilônios, Ciro se caracterizava pela sua tolerância. Na Babilônia, apresentou-se como o eleito de Marduc. Em Ur, como o enviado de Sin. Aos judaítas, como executador das ordens de Javé (Esd 1,2; Is 45,1).[2] Os reis persas, de modo geral, não tinham a intenção de firmar a unidade de seu império através da unidade da religião ou da devoção ao seu deus protetor. Esta é uma novidade trazida pelos persas. Mais à frente, voltaremos a tocar neste assunto.

Já no seu primeiro ano de reinado, Ciro (539-529 aC) decretou a restauração da comunidade judaíta e do culto na Palestina. Ordena que o templo de Jerusalém seja reerguido com despesas pagas pelo tesouro real. A Palestina estava nos planos de Ciro que pretendia chegar até o Egito. Ele nunca chegou até lá. Esta missão foi cumprida pelo seu sucessor, seu filho Cambises (529-522 aC), que, no entanto, morreu quando retornava à Babilônia.

Com sua morte, iniciou-se uma acirrada disputa pelo poder. Dario (522-485 aC), filho do sátrapa Histaspes e membro da família real em linha colateral,

1. GOTTWALD, Norman K. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo, Paulinas, 1988, p. 349-350.

2. O decreto encontrado em Ecbátana (Esd 6,3-5) não vai tão longe assim. CAZELLES, Henri. *História política de Israel: desde as origens até Alexandre Magno*. São Paulo, Paulinas, 1986, p. 211-212.

vence. A partir do seu reinado uma série de revoltas eclode por todo o império. O sentimento nacionalista explodia em todos os lugares, inclusive em Judá. As esperanças adormecidas despertaram.

Apesar de passar grande parte de seu reinado em campanha, Dario construiu grandes obras, entre elas, um eficiente complexo de estradas, e aperfeiçoou um sistema padronizado de moedas.

Quem sucedeu a Dario foi seu filho Xerxes (486-465 aC) que de fato demonstrou pouquíssima capacidade de governar. Tratou a Babilônia como território conquistado. Morreu assassinado.

Afastando um legítimo herdeiro, Artaxerxes I (465-424 aC), filho de Xerxes, assume o poder. Governou em meio a intrigas e revoltas. Neemias foi copeiro deste imperador.

2.2. Novidades do império

A primeira novidade refere-se à tolerância. Os persas permitiam e até incentivavam a liberdade religiosa dos povos dominados. Um povo estabilizado com sua economia interna funcionando – não mais uma Jerusalém destruída – interessava a este novo império. Sabemos que o próprio Ciro decretou a reconstrução do templo de Jerusalém com o dinheiro do tesouro real (Esd 6,1-12).

Esta novidade aponta para uma segunda. Como forjar então a unidade do império? Foi através da economia. O império persa introduz o uso de moedas, o que já nos informa Heródoto.[3]

Dario foi o primeiro a fixar tributo pago em moeda. Deste modo, o estado central criou um instrumento que tornava possível calcular receitas e despesas. Portanto, a razão da cunhagem de moedas era o interesse do estado em regularizar o tributo. Esta novidade ajudou a regularizar e normalizar as relações sociais e ainda gerou uma contínua avaliação de bens e homens.[4]

Uma terceira novidade tem a ver com todo esse esforço para regularizar a tributação no império. Assim, o império investiu na criação de um sistema de comunicação eficiente e de um complexo de rotas comerciais.

Essas novidades provocaram mudanças profundas na província de Judá. Elas alteraram principalmente a economia agrícola e as relações comunitárias. Neemias, nomeado o primeiro governador de Judá[5], desde o exílio, preocupou-se

3. Chamamos a atenção para a diferença que há entre dinheiro e moeda. O primeiro, como medida de troca de produtos, já existia muito antes da moeda. A prata e o ouro eram utilizados nas transações comerciais. Esses metais tinham a forma de peças de enfeite (Gn 24,22; Nm 31,50; Js 7,21), as quais eram pesadas a fim de se poder estabelecer o seu valor correspondente. As primeiras moedas citadas no AT foram as dracmas persas de ouro (Esd 2,69 e Ne 7,70-72). Veja KIPPENBERG, Hans G. *Religião e formação de classes na Antiga Judéia*. São Paulo, Paulinas, 1988, p. 46-48.

4. KIPPENBERG, Hans G., *op. cit.*, p. 48.

5. Há discussões quanto às terminologias "distrito" e "governador". Parece que, antes da chegada de Neemias, Judá estava sendo administrada através da 5ª satrapia chamada de "Ebernahari" ("além do rio" Eufrates) que incluía ainda Samaria, Síria, Fenícia e Chipre. Judá estava sob administração de Samaria. Sobre estes aspectos veja: McEVENUE, Sean E. The Political Structure in Judah from Cyrus to Nehemiah. In: *The Catholic Biblical Quarterly*. Washington, Biblical Catholic Association, 43(3): 359-363, 1981.

em construir os muros de Jerusalém, povoar a cidade e tomar medidas civis necessárias para consolidar a região.

Judá era uma pequena província que não possuía muito mais de cinqüenta mil habitantes. A gestão de Neemias durou doze anos (445-433 aC, confira Ne 5,14). Depois disso, provavelmente devido ao término de sua licença original (Ne 2,6), retorna ao palácio persa. Não mais que um ou dois anos depois, Neemias persuade o rei para retornar. Parece que foi nesta segunda gestão que Neemias realizou também reformas religiosas. Devido à sua estrita observância religiosa, deve ter solicitado a presença de Esdras – já que aprovou com selo oficial as reformas produzidas por este. Apesar da estabilidade administrativa que Neemias conseguiu dar a Judá, ele não conseguiu promover a estabilidade econômica do campesinato judaíta. A situação interna das famílias era muito grave.

2.3. A economia

O império persa caracteriza-se pela exigência do tributo em moedas persas. Estamos, no século quinto, no modo de produção tributário. Judá, que não possuía minas de prata ou ouro, necessitava vender o excedente agrícola para poder adquirir o tributo exigido. Isto fez acelerar o intercâmbio mercantil, além de forçar o agricultor a produzir um maior excedente para vendê-lo no mercado.

Esta necessidade de produzir cada vez mais excedente fez com que os agricultores entrassem num processo de endividamento a ponto de terem de vender seus próprios filhos, além de perderem suas terras.

Em Ne 5 vemos o funcionamento deste processo. Não estamos em pleno escravagismo, mas já se faz notar em que direção caminhava aquela sociedade (Ne 5,5). Neste modo de produção que se anuncia, o indivíduo escravo faz parte dos meios de produção. O escravagismo inicia-se quando o agricultor se endivida. A perda da terra é o próximo passo. Só resta, por último, a venda do próprio corpo.

A organização da economia escravagista é marcada pela dependência do exterior. O produto do trabalho escravo tem que circular nos meios mercantis. Isto implica no crescimento da demanda que força o aumento da produção, tornando a força de trabalho objeto de intercâmbio mercantil.

Como se não bastasse toda essa pressão para que se dê o aumento da produção, ainda há um agravante: as condições climáticas e a qualidade da terra em Judá. Nas planícies temos a terra-roxa, rica em ferro e adequada ao plantio de cereais. No planalto, ao contrário, temos a terra calcária, onde se desenvolvem melhor plantas de raízes profundas, como a oliveira, a videira e a figueira.

Acontece que o uso das terras da planície era restrito. O cultivo se dava apenas numa faixa nas margens do rio Jordão. Ali se podia lançar mão da irrigação e assim não depender das águas da chuva. O grosso da produção agrícola em Judá vinha da região montanhosa.

A necessidade de se produzir cada vez mais excedente fez com que a agricultura se diversificasse. Por exemplo, no caso do trigo, onde a absorção de mão-de-obra era maior, devia ser plantado em terrenos cuja produção fosse superior à relação 1:4. Caso contrário, devia-se dar preferência a culturas perenes.

Entretanto, as oliveiras, por exemplo, que fornecem o azeite, um produto bem comercializado, só dão lucro dez anos após seu plantio. Para o desenvolvimento deste tipo de cultura era exigida a riqueza.

A política persa "apertou" a *eco-nomia* das famílias em Judá. Assim, a terra (herança/*nahalah*) tornou-se mais facilmente adquirida pela classe dominante.[6] Produzir excedente nas montanhas é extremamente difícil, ainda mais se num determinado ano as condições climáticas não ajudarem. Desta maneira, as famílias se endividam (Ne 5,4) e surge a escravidão por dívida. Diferente de outras épocas, neste período o mercado está se abrindo para receber esses escravos.

2.4. Sociedade

A sociedade de Judá nos meados do século quinto é conseqüência do exílio babilônico. Mais precisamente, é fruto da política persa e da economia no Oriente Médio.

Este exílio diminuiu consideravelmente as populações nas cidades e nos vilarejos de Judá (Ez 33,24). Alguns foram levados cativos. Boa parte dos que sobreviveram à destruição de Jerusalém fugiram para o Egito. Outros se dispersaram pela Transjordânia, Síria e Fenícia. Outros muitos foram massacrados pelos babilônios.

Os edomitas estabeleceram-se no sul, próximo a Judá, em parte em territórios tradicionalmente judaítas. Provavelmente, os amonitas e os moabitas tenham recuperado territórios na Transjordânia e a oeste do Jordão. Os samaritanos fizeram pressões. No entanto, no coração de Judá, a terra permanecera intocável aos estrangeiros.

Além desses que ficaram, temos os grupos que retornaram do exílio. Estes se consideravam privilegiados. Acreditavam ser o *verdadeiro Israel*. Olhavam com certo desprezo os que haviam permanecido na terra. Tudo isso fazia aumentar a tensão.

Além disso, vemos na atuação de Neemias que há um grupo forte, uma elite dominante, ao seu lado (Ne 5,10). É possível supor que principalmente nesta época, através de Neemias, o império injetara dinheiro persa na economia da região. Podemos ver que existia um grupo de pessoas em Jerusalém que possuía bens, o suficiente para emprestar ao povo pobre.

Assim, destacamos a presença destes dois grupos *entre os irmãos*, segundo o próprio texto de Ne 5,5.8. O primeiro é o grupo de camponeses judaítas, chamados pelos historiadores deuteronomistas de *o povo pobre da terra*. O segundo é a elite de Jerusalém, provavelmente formada a partir dos que de algum modo haviam enriquecido, na terra durante o exílio, e talvez dos que tinham retornado do exílio e que devem sua ascensão ao "aquecimento" da economia.

6. A "herança" devia seguir em uma linha de parentesco. Aquele que adquire a terra é o parente rico. Com a acentuação da escravidão por dívida e o crescimento do mercado de escravos, a terra tornou-se uma obsessão para uma minoria rica.

2.5. Ideologia

Como já tivemos oportunidade de frisar, o império persa trouxe a novidade quanto à liberdade religiosa e cultural dos povos dominados. É claro que eles tinham interesses. Sua tática servia a um novo projeto de dominação. Pretendiam transformar todo o império num estado desenvolvido com 'direitos iguais', em que todos pagassem seus tributos. Queriam obter vassalos agradecidos, nem que para isso fosse necessário reconstruir suas cidades.

Outra maneira trazida pelos persas era o interesse que tinham na construção do templo de Jerusalém. Esta reconstrução era muito mais importante do que a cidade (2Cr 36,23; Esd 1,3). Desta maneira, através do templo, podiam ser canalizados os tributos imperiais. A religião dos dominados devia funcionar em benefício da sustentação do império. Desta maneira, a arrecadação ao império estava garantida.

A reconstrução do templo e da cidade de Jerusalém foi obra persa. Todavia, o sustento do templo agora cabia ao povo. Sempre fora assim. Porém, o templo salomônico era propriedade real, construído pelo rei e pertencia à dinastia. O povo pagava taxas para sua manutenção, mas o rei controlava o seu uso. A situação agora é outra. O templo pertencia ao povo e devia ser mantido diretamente pelo povo. O culto sacrifical já havia sido restaurado antes mesmo de o templo ser reconstruído em 515.

Com relação aos sacrifícios, sabemos pelos escritos de Malaquias (por volta de 465 aC) que o culto estava em profunda crise. As mensagens do profeta mostram que os sacerdotes ofereciam sacrifícios fora das normas rituais (animais coxos, cegos, doentes: Ml 1,6–2,9) e a comunidade não dizimava (Ml 3,6-12).

Duas influências estrangeiras corroboraram para o declínio da instituição do sacrifício. A primeira diz respeito às práticas religiosas cananéias que ainda sobreviviam e afetavam a comunidade (Trito-Isaías ataca estas práticas em 56,9–57,13). A segunda refere-se à religião persa.

Os persas exerceram grande influência sobre a religião judaíta. Entre estas temos, principalmente, a ênfase nos aspectos escatológicos. O zoroastrismo era uma religião escatológica. Desta maneira, idéias como a vinda do Messias, a ressurreição dos mortos, o julgamento final e a trasladação do redimido para o paraíso eterno e o inferno para o condenado são alguns exemplos de princípios que foram incorporados à religião judaíta após o exílio.[7]

Contudo, a maior ênfase penso ser a acentuação aguda do dualismo entre o bem e o mal trazido pelos persas. Estes também rejeitavam qualquer sacrifício de animal e deste modo possuíam uma ênfase eminentemente ética em sua religião.

O substituto exílico para o primitivo culto mostrava claramente um lado legalista, tal como já havia aparecido na reforma deuteronomista. A melhor

7. FOHRER, Georg. *História da religião de Israel*. São Paulo, Paulinas, 1982, p. 442; BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. 2ª edição, 4ª impressão, v. 1. Porto Alegre, Editora Globo, 1965, p. 104.

proteção encontrada para manter a unidade religiosa foi a Torá. O fiel devia cumprir a lei, guardar os mandamentos.

É desta maneira que aparece a reforma de Esdras e Neemias. O lado legalista se evidencia principalmente na tentativa de pureza racial. O projeto de Esdras e Neemias é contraposto nos livros de Rute e de Jonas, por exemplo. Parece que a tentativa de restaurar a pureza étnica e aí conseguir a boa graça de Javé não iria se impor na história.

3. NEEMIAS 5: ALGUNS ASPECTOS

O texto de Ne 5 marca com bastante ênfase o nível econômico. Os outros aspectos, o social, o político e o ideológico, também estão presentes.[8] Este texto expõe a situação de crise na comunidade. A queixa não é de uma dominação externa, como vemos em 9,32-37. Pelo contrário, a queixa é dirigida aos *irmãos* (v. 11). Aqui sequer temos a presença dos vigorosos oponentes à reconstrução de Jerusalém. Os acontecimentos narrados neste cap. 5 demonstram que a comunidade em Judá está dividida sócio-economicamente.

A opressão interna é expressa através de três grupos de locutores. Estes formavam *o povo pobre da terra* que se queixava, sobretudo através das mulheres (v. 1a), contra a situação.

Os três grupos podem ser assim divididos: o primeiro enfatiza que as suas famílias são numerosas e não têm o que comer (v. 2). O segundo tivera que penhorar os meios de produção primários (campos e parreiras) e secundários (casas) para conseguir alimento (v. 3). O terceiro pedira dinheiro emprestado *"para o imposto do rei"* (v. 4). Neste grupo aparece o fator de dominação externa: o tributo do império. O v. 4a *("nossos campos e nossas vinhas")*, por não apresentar concordância, talvez signifique que a forma de pagamento do empréstimo deveria se dar através da entrega de campos e vinhas.[9]

Este estado de pobreza e endividamento desintegrava as famílias. Como endividados eram obrigados a entregar seus filhos e filhas à escravidão. Pior ainda, é que os familiares transformados em escravos deviam trabalhar em campos e vinhas que haviam sido empenhados.

No v. 7 temos, pela primeira vez, a identificação dos autores de tal desequilíbrio. Eles pertenciam ao plano político-administrativo. São os "nobres" e "funcionários". Daqui em diante, Neemias dirige a eles o seu discurso.

Este grupo de elite emprestara dinheiro aos seus irmãos. É emprestar com juros. É fazer alguém seu devedor. É praticar usura. Esta elite aproveitara o endividamento planejado para impor aos camponeses judaítas mais dívidas.

A comida falta porque não é possível tirar da terra mais do que ela pode dar. Os tributos externos faziam pesar demais na produção do excedente. Este

8. CROATTO, J. Severino. A dívida na reforma social de Neemias: um estudo de Ne 5,1-19. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, n. 5-6. Petrópolis, Vozes, 1990, p. 52-59.

9. Ver o artigo de José Severino CROATTO acima mencionado. Verificar ainda em Hans G. KIPPENBERG, *op. cit.* p. 52-59.

endividamento é um círculo vicioso que vai desembocar na escravidão por dívida (Ne 5,5).

CONCLUSÃO

A solução proposta por Neemias nesta ocasião não iria resolver o problema do povo pobre da terra. Apesar do seu discurso que parece bem intencionado, a sua proposta não atinge as causas do problema. Sua tentativa assistencialista não se oferece como solução de problemas. Era preciso mais, muito mais.

As causas da pobreza estão no quadro político externo que expomos neste texto. Elas vêm de fora e se impõem dentro de Judá. Fazer o jogo do império era trazer a ruína para o povo. Numa situação de crise, aparecem os "irmãos". É preciso discutir, buscar soluções. É preciso, antes de mais nada, conhecer as causas da miséria. E lutar contra elas. Juntos!

Roberto Natal Baptista
Rua Verbo Divino 392
Granja Julieta
04719-001 São Paulo – SP